

Imagens em disputa: Rio Olímpico e Vila Autódromo

José Luis Serpa Osorio de Castro

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade (PUC-Rio).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, PUC-Rio, 2018.

A série de megaeventos internacionais ocorridos entre 2007 e 2016, no Rio de Janeiro, cujos maiores expoentes foram a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, passou como um rolo compressor pela cidade. Foram constantes rasgos, demolições, remoções e destruições que tiveram como objetivo promover uma imagem do Rio de Janeiro como palco internacional de grandes eventos, ao mesmo tempo em que abriam caminho para investimentos internos e externos e intensa especulação imobiliária.

Este trabalho pretende questionar e tornar criticamente visível o processo de intensas transformações urbanas ocorridas na cidade neste período, mais especificamente no que diz respeito às remoções forçadas na Vila Autódromo, comunidade vizinha ao Parque Olímpico. A partir do foco na Vila Autódromo, discute-se o papel da cartografia, da fotografia e das novas ferramentas de representação e visualização urbana, como o *Google Earth*, *Google Maps* e *Google Street View*, na representação, construção e disputa da imagem da cidade.

Palavras-chave: Olimpíadas; Google; remoções.

Images in dispute: Olympic Rio and Vila Autódromo

A series of international mega-events between 2007 and 2016 in Rio de Janeiro, for the purpose of the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games, crushed the city like a steamroller. In order to promote the image of Rio de Janeiro as an international scenario for big events, constant rips, demolitions, evictions, and destructions were put into effect. At the same time, Rio was offered for internal and external investments and an intense real estate speculation took place. This paper intends to question and make critically visible the process of violent urban transformations occurred in the city during this period. Specifically, on the matter of the evictions that took place in Vila Autódromo, a small neighboring community of the Olympic Park. By focusing on Vila Autódromo, the role of cartography, photography, and new tools of representations and urban visualization, such as *Google Earth*, *Google Maps* and *Google Street View*, is discussed, concerning their relation to the construction and dispute of the city image.

Keywords: Olympics; Google; evictions.

Imágenes en disputa: Río Olímpico y Vila Autódromo

Los múltiples mega eventos internacionales que ocurrieron entre los años 2007 y 2016, en Río de Janeiro, y que culminaron con el Mundial de la FIFA y con los Juegos Olímpicos de 2016, han pasado como un "rodillo compresor" por la ciudad. Fueron constantes trabajos de construcción, desconstrucción, desalojos y destrucción, que tuvieron como objetivo promover la imagen de la ciudad de Río de Janeiro como un escenario internacional para grandes eventos, al mismo tiempo que abrieron caminos para inversiones internas y externas, como también para intensa especulación inmobiliaria. Este trabajo pretende cuestionar y tornar críticamente visible el proceso de importantes transformaciones urbanas ocurridas en la ciudad en ese período, específicamente en respecto a las remociones obligatorias en la "Vila Autódromo", una comunidad vecina al Parque Olímpico. Partiéndose, en principio, de la "Vila Autódromo", se discute los roles de la cartografía, de la fotografía y de las nuevas herramientas de representación y visualización urbanas, como el *Google Earth*, el *Google Maps* y el *Google Street View*, en la representación, la construcción y la disputa por la imagen de la ciudad.

Palabras clave: juegos olímpicos; Google; desalojos.

1. FOTOGRAFIA, ARQUITETURA E CIDADE

Foi já a partir da apresentação do primeiro daguerreótipo ao mundo, em 1839, que a relação entre fotografia e arquitetura se estabeleceu. A imagem, registrada da janela de um teatro, retrata o Boulevard du Temple, em Paris. Duas figuras humanas — possivelmente um engraxate e seu cliente — parecem estranhamente sozinhas em meio aos edifícios de uma das vias mais movimentadas da cidade à época. É improvável que eles fossem as únicas pessoas ali. Muitos autores chamam atenção para o fato de, nos primórdios do processo fotográfico, a arquitetura ser um dos poucos objetos que resistia, estático, às longas exposições necessárias para a fixação de uma imagem fotográfica. Ou seja, é possível que além dos edifícios, apenas os dois homens tenham permanecido imóveis por tempo suficiente para a captura das suas silhuetas.

Em todo caso, a imagem indica que a afinidade entre arquitetura e fotografia, a princípio estabelecida por uma necessidade do processo fotográfico — que na época requeria uma exposição de vários minutos —, vai muito além de uma questão técnica. Como apontam Higgott e Wray, a imagem fotográfica tem a capacidade única de explorar forma e espaço na arquitetura e de representar algumas de suas ideias e conceitos fundamentais. As implicações são profundas, sobretudo, na prática e concepção da arquitetura, já que a fotografia como representação, desde a sua invenção, moldou tanto o entendimento da cidade quanto das práticas projetuais (HIGGOTT; WRAY, 2012).

Até o fim do século XIX, porém, já havia se tornado comum o uso da fotografia para documentar edifícios e cenas urbanas. Durante as reformas urbanas de Paris, entre 1853 e 1870, a fotografia teve papel fundamental no registro das transformações da cidade. O francês Charles Marville foi nomeado fotógrafo oficial da cidade, em 1858, e registrou os antigos edifícios e vias da capital. Eugène Atget, a partir de 1897, também fotografou as ruas da cidade, numa tentativa de registrá-las antes do seu desaparecimento face à sua rápida transformação. Suas imagens das ruas de Paris eram feitas em geral ao amanhecer,

porém quando a cidade ainda estava deserta, capturando os espaços urbanos e a arquitetura em um misto de documentação e interpretação. As fotografias pareciam não possuir um objetivo explícito, mas geravam uma sensação de abertura e vazio a ser preenchida pelo observador. O ar contemplativo dessas imagens, que ficaram conhecidas apenas após a morte de Atget, provocou muitas reflexões acerca da relação entre arquitetura, modernidade e cidade (CAMPANY, 2014).

Levando esses aspectos em consideração, é importante entender o papel da fotografia na construção da imagem do Rio de Janeiro a partir do registro das transformações urbanas ocorridas no início do século XX, para então compreender a persistência de um imaginário progressista e modernizador, muito próximo ao discurso da "cidade global", que em última instância levou aos Jogos Olímpicos de 2016.

2. RIO DE JANEIRO: IMAGEM E TRANSFORMAÇÃO

A produção fotográfica realizada no Rio de Janeiro, desde o século XIX, revela características importantes sobre a cidade, segundo a pesquisadora Ana Maria Mauad. A fotogenia da cidade foi registrada por diversos artistas, que representaram a conjunção da sua paisagem peculiar e do seu modo de vida cosmopolita. A cultura urbana, ligada à sua capitalidade na época e ao desenvolvimento de uma sociedade artística e científica — favorecida, sobretudo, pela presença de um mercado consumidor de imagens —, contribuiu para torná-la um "pólo catalisador de uma nova economia visual" (MAUAD, 2016, p.6). Ao longo do século XIX, convergiram para a capital fotógrafos de diversos lugares do mundo, consolidando a fotografia como uma atividade integrante do seu perfil de cidade moderna. Foi no século XX, segundo Mauad, que a prática fotográfica passou a orientar-se segundo uma nova experiência social de ver e ser visto, com a pluralização das formas de representação dos indivíduos nas esferas pública e privada.

Na primeira década do século XX, o Brasil tentava se inserir no contexto da modernidade europeia, com o intuito de exibir uma imagem de progresso. O Rio

de Janeiro, como vitrine brasileira para promover a civilização desejada, passou por uma série de reformas urbanas que reconfiguraram seu tecido e promoveram reestruturações geográficas na cartografia da cidade. Um dos exemplos mais marcantes dessas grandes obras de infraestrutura foi a abertura da Avenida Central.

Em 1902, Rodrigues Alves tomou posse como presidente da República e nomeou Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio. Ainda bastante carente em termos de abastecimento de água e esgoto, sistemas de transporte, programas de saúde e segurança, a região central da cidade acumulava habitações coletivas insalubres, além de epidemias de febre amarela, varíola e cólera, causadas pelo rápido crescimento populacional alavancado pela imigração europeia e pela abolição da escravatura. O plano do prefeito visava o saneamento, o urbanismo e o consequente “embelezamento” da capital, com o alargamento de vias e a abertura de avenidas nos moldes franceses, baseado na ideia de higienização.

A mais emblemática dessas obras foi a abertura da Avenida Central. Projetada para ser o centro econômico e administrativo da cidade — e, por consequência, do país —, a via seria uma grande reta que cortaria o chamado “miolo insalubre” dos cortiços aglutinados e conectaria dois pontos distintos da Baía de Guanabara, da Praça Mauá até a Praça Marechal Floriano. Desafiando a opinião pública, uma Comissão Construtora foi nomeada, chefiada pelo engenheiro Paulo de Frontin, responsável pelo projeto, que envolvia desapropriação, reloteamento, demolição, desmonte do Morro do Castelo, remoção do entulho e construção da nova avenida. Um concurso de fachadas foi lançado para selecionar os projetos que seriam ali construídos. Em 8 de março de 1904 foram iniciadas as demolições.

Em 1905, a Avenida Central foi inaugurada, com 30 prédios acabados e 85 em andamento. O fotógrafo Marc Ferrez foi contratado para documentar o projeto aprovado das fachadas de todos os edifícios a serem erguidos e, ao final das obras, fotografá-los para organizar um álbum, publicado, finalmente, em 1907. Intitulado “Avenida Central: 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906”, o álbum era composto

por mapas de implantação da avenida (com seu antes e depois), desenhos das fachadas dos edifícios ao lado de seus respectivos registros fotográficos em zincografias¹ e tabelas orçamentárias indicando os valores gastos na obra.

Segundo Maria Inez Turazzi, as imagens fotográficas produzidas na época tinham importância crescente tanto pelo seu poder de informação como de positividade do papel do Estado na realização de obras públicas. As encomendas de serviços fotográficos pelos agentes dessas intervenções eram indicadores desse processo de criação e afirmação de uma memória coletiva da cidade em transformação (TURAZZI, 2006).

Maria Pace Chiavari, em entrevista ao Instituto Moreira Salles (2015), aponta que entre as funções atribuídas à fotografia está a de agregar valor ao produto, divulgando as novas áreas de “solo urbano produzido”. É dessa maneira que se definia o objeto dos investimentos do governo e da iniciativa privada em infraestrutura e transporte. Na mesma lógica, as fotos de paisagem, mostrando a natureza integrada ao tecido urbano da cidade, tornavam o solo das áreas próximas mais valorizado. O álbum da Avenida Central, com a possibilidade de comparação entre projeto e fotografia, destacava as obras de engenheiros e arquitetos como superiores às construções corriqueiras realizadas pelos mestres de obras. Mais que isso, assumia a função de divulgação de um marco e contribuía para torná-lo paradigma da gestão do período.

Olhar o álbum pode nos ajudar a entender como a relação entre arquitetura e fotografia se liga às transformações pelas quais o Rio de Janeiro passou nos últimos cem anos. As imagens, na época, foram usadas pelos meios de comunicação como exemplo de “regeneração”. Chiavari (2015) afirma que o paradigma de modernidade que caracterizou a abertura da avenida se renova e se fortalece até hoje, estimulando diferentes formas de ação. A função de predispor imagens a novas formas urbanas permanece através da persuasão do leitor do conceito material, simbólico e visível de novas centralidades introduzidas em antigas estruturas urbanas.

A partir do século xx, portanto, a fotografia tornou-se uma prática cada vez

mais associada ao discurso progressista e modernizador, ligado às transformações dos espaços urbanos. A fotografia teve um profundo impacto na maneira pela qual a arquitetura passou a ser imaginada e produzida, causando uma mudança de sensibilidade e afetando a representação da imagem da cidade. A fotografia passou a não simplesmente documentar construções, mas a ser empregada nos processos de observação, criação e planejamento da cidade. Junto a essas novas aplicações da imagem, começou também a ser questionado o seu impacto negativo na percepção da arquitetura (HIGGOTT; WRAY, 2012), dado que, com a difusão de técnicas de reprodutibilidade, especialmente com o lançamento das câmeras portáteis e sua facilidade de revelação², ver a arquitetura por imagens tornou-se mais corriqueiro do que ter a experiência física dos espaços.

3. CARTOGRAFIA, FOTOGRAFIA AÉREA E O GOOGLE

William Rankin lembra que os mapas tradicionais criam uma versão em miniatura do mundo visto de cima, com suas complexidades simplificadas e reduzidas a um sistema legível de linhas e cores. Seu poder está na sua capacidade de agir como substituto visual, de modo que se possa tomar decisões e projetar intervenções sobre o território original (RANKIN, 2016). De acordo com o autor, porém, essa tarefa tornou-se um problema para os pesquisadores e cartógrafos no início do século xx. Produzir um “mapa verdadeiro” significava estabelecer regras rígidas que governariam a correspondência entre mapa e mundo real, tendo a objetividade, a neutralidade e a compreensão como fundações para uma cartografia confiável. Desse modo, a representação é o que transformaria mapas num registro universal e singular de um fato geográfico, que supostamente incluiria tudo o que era passível de atenção. Como um mapa único, portanto, que permitiria ao usuário que o mundo viesse a ele, e não o contrário.

Ainda segundo Rankin, sistemas eletrônicos como o *Global Positioning System* (GPS) funcionam de maneira diferente. Ao invés de criarem uma miniatura que substitui o mundo, os sinais

enviados de um satélite de GPS criam um sistema em escala real de coordenadas que se sobrepõe e coexiste com o território físico. O uso do GPS está, portanto, muito mais ligado à geografia que ao uso de um mapa, uma vez que a visão de um território amplo é substituída por um território virtual, a partir de pontos de referência, com o usuário sempre posicionado no centro. O sistema torna o território “utilitário”, transformando a localização territorial em um bem disponível sob demanda, de maneira análoga à água ou à eletricidade. Quando o sistema GPS desvia a atenção da área para o ponto, o objetivo da representação no mapa, que seria o de aprender sobre um local sem visitá-lo, torna-se o de visitar um local sem precisar saber muito sobre ele.

Para muitas pessoas, o sinal de GPS só é útil se combinado com um mapa digital ou uma base de dados de rodovias. Para Rankin, as tecnologias baseadas em coordenadas serviram, na verdade, para tornar as pessoas cada vez mais orientadas por sistemas de mapeamentos. Essas tecnologias mudaram a forma de produção da cartografia e dos seus usos, com o “mapa representacional” perdendo gradativamente a sua autoridade.

Essa mudança na lógica do mapeamento, portanto, deve ser entendida mais amplamente como uma mudança no entendimento do território. Ainda segundo Rankin, no início do século xx havia uma relação direta entre a representação e um ideal de estado-território, e os mapas reforçavam os conceitos de soberania e jurisdição, separando claramente fronteiras. A produção da cartografia era vista como direito e responsabilidade de instituições governamentais e estabeleciam a relação entre território e soberania, já que o controle do espaço geográfico requeria o controle sobre a produção de conhecimento geográfico (e vice-versa). Na lógica das coordenadas, porém, essa relação estreita entre legibilidade geográfica e autoridade política se torna mais maleável, possibilitando uma malha virtual que ultrapassa as barreiras desenhadas em um mapa.

Rankin defende que o desenvolvimento dessas novas tecnologias resultou na possibilidade de conceber território e

soberania como conceitos separados. O território deixa de ser uma área inerte associada a um poder estatal e emancipa-se: passa a ser entendido como uma forma de poder criada através do conhecimento geográfico. O território criado a partir de coordenadas eletrônicas é disperso, ilimitado e politicamente ambíguo, e permite uma forma de pensar, agir e governar independente da jurisdição reforçada pelos mapas. A transformação do conceito de território, portanto, é resultado do deslocamento de interesses de cartógrafos, engenheiros e, eventualmente, de milhões de usuários do campo da representação da realidade para as novas maneiras de navegar pelo mundo.

Desde o início dos anos 1990, geógrafos cada vez mais criticam e questionam a suposta objetividade e transparência dos "mapas representacionais", já que eles não apenas, inevitavelmente, codificam interesses e pontos de vista dos seus criadores, como também a própria distinção entre o mapa e o "mundo real" torna ambíguo o grau de representação da sua realidade. Essa discussão abriu caminho para que mapas pudessem ser entendidos como representações a serem repensadas a partir dos processos de constante reterritorialização (KITCHIN; DODGE, 2007).

Foi também na primeira metade do século XX que uma nova forma de leitura e interpretação da cidade se difundiu a partir de fotografias aéreas. A chamada "visão sinóptica" (das diversas partes de um conjunto) teve sua origem muito antes da invenção do voo mecânico, quando as torres e os picos das montanhas possibilitavam ver as cidades e seus arredores do alto. A ideia de ter um campo visual amplo estava ligada à busca de um conhecimento superior, que poderia ser atingido ao ver o mundo do alto, transformando-o, de maneira análoga ao mapa de representação, em uma miniatura que poderia então ser manipulada.

Mas foi com os aviões, durante a Primeira Guerra Mundial, que a fotografia aérea se tornou uma ferramenta importante, particularmente, para uso militar, conectando diretamente visão e conhecimento. De acordo com Hinchcliffe (2012), desde então já se supunha que o planejamento das cidades se beneficiaria

dessa nova possibilidade de ver o mundo, e nos anos 1940, as imagens aéreas já faziam parte da formação de arquitetos urbanistas, oferecendo novas possibilidades para a compreensão visual de vastos territórios, bem como para a implantação de novos empreendimentos imobiliários.

A possibilidade de ver o território do alto, porém, gerava frustrações frente ao caos enfrentado nas cidades, com suas aglomerações e bairros com alta densidade populacional. Le Corbusier expressa esse sentimento depois de uma de suas viagens: "O olho do avião revela um espetáculo do colapso" (1935, p.5, tradução nossa), escreve ele em *Aircraft*. Ainda segundo Hinchcliffe, essa opinião, bastante compartilhada entre os planejadores urbanos da época, revela um julgamento precipitado das áreas observadas. As diversas operações urbanas realizadas nos bairros de classe operária em Paris durante o pós-guerra são, segundo ele, um forte indício do caráter nocivo dessa nova estratégia de planejar cidades (HINCHCLIFFE, 2012), já que a visão sinóptica não leva em consideração as conexões sociais existentes no solo e seu uso em ambientes urbanos, especialmente nas metrópoles; na verdade, não produziu novas percepções, mas antes reforçou ideias já estabelecidas.

Ou seja, se a visão aérea sem dúvida foi fundamental para moldar a visão utópica de urbanistas modernos, fornecendo-lhes justificativas visuais para os seus discursos acerca do fracasso das antigas cidades industriais, e as fotografias feitas do alto proporcionaram ferramentas científicas para a pesquisa e planejamento urbano, em muitos casos, elas serviram apenas para sustentar noções preconcebidas em torno do caos urbano, que precisaria então ser "organizado". Apesar de úteis, não se pode, portanto, afirmar que as imagens aéreas, em sua extrema racionalidade, cumpriram o papel esperado de gerar um conhecimento superior, como aponta Hinchcliffe.

O surgimento da fotografia digital³, nos anos 1970, permitiu a automatização do processo fotográfico sem a necessidade de filmes ou chapas, e transferiu o armazenamento de imagens do arquivo físico para o virtual. Surgiram também novos potenciais de mapeamento aéreo fotográfico. Com o posterior surgimento e popularização da internet⁴, nos anos

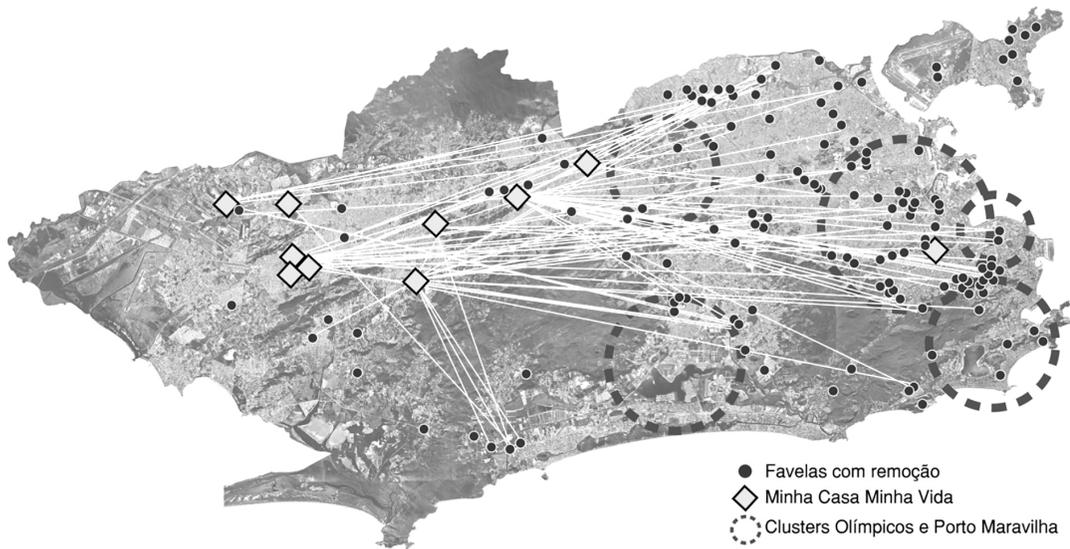


FIG. 1:

Mapa que mostra a origem e destino das famílias removidas durante as preparações dos Jogos Olímpicos de 2016.
 Fonte: AZEVEDO; FAULHABER, 2015.

1990, e a possibilidade de transferência de dados, empresas de tecnologias de georreferenciamento como o Google, no início do século XXI, introduziram novas ferramentas para ver o mundo através de imagens, como o *Maps*, o *Earth* e o *Street View*.

Essas ferramentas, supostamente neutras, reforçaram a cartografia como um instrumento de dominação e poder. Se o ato de cartografar é uma produção de conhecimento projetada e distribuída em um mapa que permite visualizar, conceituar, registrar e representar graficamente espaços, conforme Mesquita (2017), o mapa não deve ser considerado uma imagem neutra e objetiva, já que carrega intrinsecamente pontos de vista e valores. Por trás da noção de que os mapas são representações da realidade existem muitas intenções e, frequentemente, instituições (ligadas a elites políticas, militares e acadêmicas) trabalhando para que isso possa acontecer. Como aponta o autor, em geral os mapas produzidos por esses agentes

[...] servem aos interesses de vigilância, autoridade e governança, sendo usados para ordenação e domínio territorial, para a consolidação do poder de blocos econômicos, para validar o controle privado dos espaços públicos, para a

legitimação de fronteiras e a exploração de recursos naturais e bens de consumo. (MESQUITA, 2017, n.p.).

Mais que isso: as informações transferidas para os mapas influenciam os próprios limites dos territórios, ajustando-os de acordo com o que está desenhado no papel, tornando sua espacialidade potencialmente subordinada à cartografia.

Em sua construção de presenças e ausências, portanto, os mapas constroem conhecimento sobre um território para dominá-lo. É o caso do *Google Maps*, um serviço gratuito e online de visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, lançado em 2005, que se propõe a representar a superfície terrestre através de fotografias aéreas. Sua cobertura estende-se por todo o globo terrestre, mas uma observação mais cuidadosa aponta para vários casos de manipulação digital de trechos de territórios, como manchas e distorções que escondem cidades, áreas militares ou bases aéreas. O Google é uma empresa privada norte-americana, e obedece a restrições de visualização de certas áreas, impostas por alguns países. Nesses casos, fica explícita a ação e influência de agentes externos, no que o geógrafo Sebastian Cobarrubias chama de "combate de cartografias" (2009).

Se o Estado, empresas privadas e outras instituições de poder usam a cartografia para ocupar, destruir ou controlar, há uma tendência forte no sentido de criar uma "contracartografia", que se oponha aos modelos tradicionais de representação, analise criticamente os territórios e recuse convenções estabelecidas, apontando para condições sociais, políticas e econômicas a serem evidenciadas e transformadas.

Hoje, qualquer indivíduo com acesso à internet pode ver mapas e imagens aéreas feitas por satélite. O Google, com suas ferramentas de visualização da cidade (*Earth*, *Maps* e *Street View*)⁵, democratizou e tornou banal o acesso a essas imagens, muito utilizadas por arquitetos e urbanistas do mundo todo na concepção e desenvolvimento de seus projetos.

4. NOVAS FERRAMENTAS DE MAPEAMENTO DA CIDADE

Lançado em 2007 pelo Google, o *Street View* nasceu como uma base de dados online de fotografias localizadas por GPS (CAMPKIN; ROSS, 2012). As imagens fornecidas pelo programa vêm acompanhadas de ferramentas de orientação e navegação com um sistema contínuo de panoramas. O *Street View* oferece ao usuário a possibilidade de passear por uma versão "escaneada" de cidades em 186 países (exceto alguns países na África, Ásia e América do Sul) e cobre mais de 8 milhões de quilômetros⁶. Para muitos, tornou-se parte da experiência urbana diária. A ferramenta reconfigura relações entre a fotografia e o ambiente construído, impactando diretamente na experiência da cidade, já que torna possível conhecer áreas do mundo sem sair da frente do computador.

Um misto de fotografia e cartografia, o *Street View* pode ser acessado a partir do *Google Earth* ou do *Google Maps*. Ao selecionar o boneco laranja (*Pegman*) com o cursor do mouse, as ruas e caminhos mapeados pelo sistema do *Street View* são iluminados, e pode-se então posicionar a pequena figura humana no ponto que se deseja explorar "a pé". O usuário é então transportado para aquele ponto, ao nível do chão. A partir dali, dependendo do nível de cobertura do local, pode-se caminhar ao longo da via.

As imagens do sistema são feitas majoritariamente por veículos (ou por pessoas carregando mochilas) equipados com câmeras 360°, cujas capturas são realizadas em intervalos espaciais e temporais regulares, baseado na sua localização do GPS. O carro se move em linha reta pela rua enquanto suas câmeras gravam um vídeo, que depois é convertido pelo sistema em imagens igualmente espaçadas e costuradas. Chamados "panoramas", essas imagens abrangem um campo igual ou maior que o olho humano, e por isso são utilizados pelo Google para recriar a sensação de que o usuário está na rua. Antes de chegarem à base de dados do website, as imagens são escaneadas por um programa que borra as faces de pessoas que tenham eventualmente aparecido.

É curioso notar, ao navegar por diferentes partes do mundo pela plataforma do *Street View*, o aspecto quase uniforme que diferentes cidades com diferentes costumes e relações sociais tomam. Andar pelas ruas de São Paulo não é muito diferente de andar pelo Rio de Janeiro ou por Vitória. Uma cena na favela de Paraisópolis é muito similar a uma cena no Vidigal. À primeira vista, não parece haver registros de momentos de conflito nas cidades fotografadas, como se estivessem todas num estado de constante pasteurização. Mas um olhar atento pode perceber pequenos momentos em que um ruído aparece, seja na forma de uma senhora tropeçando, de alguém entrando em uma loja com uma arma na mão ou mesmo de uma criança mostrando o dedo do meio diretamente para a câmera do Google.

5. OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 E O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Em outubro de 2009, o Rio de Janeiro foi eleito sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A eleição foi resultado de um longo processo que começou nos anos 1990, durante o primeiro mandato de César Maia na Prefeitura (1993-1996), e que finalmente se concretizou na transição para o governo de Eduardo Paes (2009-2016). A candidatura do Rio reuniu uma série de atores nos níveis federal, estadual e municipal, além do apoio de empresas ligadas ao mercado imobiliário.

O relatório entregue ao Comitê Olímpico Internacional previa que as instalações seriam distribuídas em quatro regiões da cidade: Barra da Tijuca, Copacabana, Maracanã e



FIG. 2:

Vila Autódromo antes das remoções, ao lado do antigo Autódromo de Jacarepaguá (hoje, Parque Olímpico), em 2009. Fonte: <earth.google.com/web/>. Acesso em: abr. 2018.

Deodoro. Frente ao contexto de sediar o maior megaevento em que a cidade do Rio de Janeiro estava agora inserida, veio também a necessidade da escolha da área da cidade que receberia o principal equipamento dos jogos. O chamado Parque Olímpico seria palco dos principais eventos esportivos da competição e, mais que isso, tinha o objetivo de ser o grande legado para a cidade após o fim do evento. O Parque foi planejado para ocupar o terreno do Autódromo de Jacarepaguá⁷. Vizinha ao Autódromo, e no meio da disputa por lugares, encontrava-se também uma comunidade que viria a representar a luta contra as remoções olímpicas: a Vila Autódromo.

6. O CASO DA VILA AUTÓDROMO: A CIDADE COMO CAMPO DE BATALHA

Estabelecida às margens da Lagoa de Jacarepaguá, a vila de pescadores cresceu na década de 1970 com a expansão da cidade em direção à Barra da Tijuca e a construção do Autódromo, em 1972, absorvendo parte dos operários que trabalhavam na região. Em 1993, após duas décadas de valorização da área, a Vila Autódromo sofreu sua

primeira tentativa de remoção pela Prefeitura⁸ com a justificativa de que estaria provocando danos ambientais à lagoa. Os moradores resistiram, criando a Associação dos Moradores da Vila Autódromo. No ano seguinte, o então governador do Estado, Leonel Brizola, iniciou uma ação de regularização fundiária, evitando o despejo dos residentes. Apesar de não possuírem o direito à lei de usucapião (não-aplicável em terras públicas), os moradores tiveram a posse das terras legalmente garantida por quarenta anos. Isso significava que o Estado, através da Secretaria de Assuntos Fundiários, cederia os terrenos da Vila Autódromo aos moradores por esse período (renovável por 99 anos), mas poderia revogar essa decisão a qualquer momento.

Em 1995, Brizola solicitou à prefeitura que tornasse a área Zona de Especial Interesse Social, mecanismo que flexibilizaria normas e padrões urbanísticos e regularizaria o assentamento (mas que não foi oficializado na época). Três anos depois, porém, a prefeitura transfere o Autódromo à iniciativa privada e, em 2003, é apresentado e autorizado um projeto de lei que permite obras nas instalações

e em seu entorno, com a justificativa de melhorias para os Jogos Pan-americanos do Rio. Após uma série de batalhas jurídicas, no ano seguinte a decisão é declarada inconstitucional. Em 2005, a Vila Autódromo é finalmente considerada Zona Especial de Interesse Social, o que impede a remoção dos moradores.

A partir de 2009, no entanto, com o anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos de 2016, a batalha fundiária na região recomeça, sob o mandato do então prefeito Eduardo Paes. O Autódromo é escolhido como local para a implantação do Parque Olímpico. Para isso, a prefeitura planeja a sua demolição, em conjunto com uma série de obras públicas no entorno, que por sua vez significariam a remoção completa da Vila Autódromo. Em parceria com a UFF e a UFRJ, os moradores apresentaram à prefeitura, em 2011, o Plano Popular da Vila Autódromo, uma alternativa de planejamento urbano à proposta de apagamento da comunidade, em que a população, assessorada por professores e pesquisadores, podia elaborar as suas soluções, reassentando famílias dentro do próprio recorte urbano em que se encontravam e respeitando as questões ambientais envolvidas.

A prefeitura fez várias contrapropostas, segundo as quais grande parte dos moradores seria removida para dar lugar a vias de acesso, ao que a equipe do Plano Popular respondeu com novas soluções que se adequavam às necessidades de infraestrutura do Parque. Em meio a diversas propostas e contrapropostas, em 2013, o governo municipal rompeu as negociações e iniciou uma estratégia de aproximação individual com as famílias, provando que, de fato, na corrida das cidades globais, o principal interlocutor não é a população que vive ali, mas agentes externos com interesses outros (PUJADAS MUÑOZ, 2006). Entre os relatos, assédio e ameaças para que os moradores aceitassem as indenizações; os que resistiram se viram obrigados a viver entre escombros e tiveram água e luz cortados.

Nos três anos que antecederam as Olimpíadas, a Vila Autódromo foi sendo fisicamente removida, à medida que aquelas pessoas que viveram grande parte da vida eram deslocadas para outras áreas

(como o Parque Carioca?) e deixavam um vazio no lugar de suas casas. O valor pago pela prefeitura com as indenizações ficou em torno dos 184 milhões de reais¹⁰, muito superior aos 14 milhões previstos pelo Plano Popular. As vinte famílias que restaram convivem agora em uma única rua com casas brancas e idênticas, construídas pela prefeitura após negociação tensa com os moradores que se recusaram a sair.

A Vila Autódromo tornou-se, assim, o exemplo mais claro da violência de um amplo processo de remoções que se configurou no período pré-olímpico, durante o qual foram removidas mais de 550 famílias. De acordo com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, mais de 22 mil famílias foram removidas na cidade entre 2009 e 2016¹¹. Foi nesse período também que a tentativa de invisibilização das favelas no Rio de Janeiro saiu do plano ideológico para o plano imagético.

Como aponta uma reportagem do *The Guardian* (2016), em 2011, uma fotomontagem feita para a campanha de divulgação do pré-sal da Petrobrás mostrava a Zona Sul do Rio de Janeiro vista de cima, com todas as favelas apagadas. De repente, a cidade parecia ser aquilo que ela nunca poderia ser: uma malha urbana que se distribui apenas no nível do mar, exatamente por desconsiderar que esse tecido só se constituiu dessa maneira graças às contribuições diretas ou indiretas da população que vive nas áreas informais. Comissionada pela RioTur, órgão da Secretaria Especial de Turismo da cidade, a imagem foi produzida pela engenheira cartógrafa Mirian Isabel Say que, questionada sobre a ausência das favelas, afirmou não haver "discriminação, preconceito ou exclusão deliberada", argumentando que não havia como incluir todos os detalhes de uma cidade em um mapa, mas que estava aberta a sugestões a serem incluídas na "versão seguinte"¹². Dois anos depois, o *Google Maps* excluiu a palavra "favela" em praticamente todo o mapa da cidade, a pedido da prefeitura, hierarquizando algumas com o mesmo destaque de ruas e sumindo com outras. Como frisa a urbanista Raquel Rolnik, em entrevista à mesma reportagem, apontar esses apagamentos é especialmente importante para reintroduzir na discussão questões pertinentes ao uso dessas novas



FIG. 3:

Campanha publicitária da Petrobrás para a divulgação do pré-sal, em 2011.

Fonte: <global.org>. Acesso em: mar. 2018.

ferramentas de visualização da cidade e de que maneira elas podem contribuir criticamente para tornar visíveis intensos processos de transformação urbana. As representações de territórios que estão em constante disputa, como as favelas, trazem à tona relações de poder presentes na cartografia e seu apagamento reitera a discussão acerca das narrativas apresentadas.

Apesar disso, recentemente, o Google tem investido novamente na cobertura das chamadas "áreas informais" da cidade, com a volta da inclusão das favelas em seus mapas. Essa reaproximação, porém, não ocorreu sem controvérsias: em 2015, uma usuária do Waze (sistema de navegação por coordenadas GPS, cujo dono é o próprio Google) foi assassinada após ser direcionada a uma área comandada pelo tráfico que tinha o mesmo nome digitado no aplicativo como seu destino. Como resposta, o Waze introduziu um alerta automático sobre áreas consideradas "perigosas" para usuários do Rio de Janeiro. Essa tentativa de reaproximação com o território da cidade é na verdade uma estratégia de expansão do Google

para atingir um mercado de mais de 1,7 milhões de habitantes das favelas no Rio de Janeiro¹³. A empresa disponibilizou câmeras 360° para que os próprios moradores façam a cobertura de ruas pequenas demais para que os carros do Google possam entrar.

É importante mencionar o que Stephen Graham classifica como um "novo urbanismo militar", um conjunto complexo de ideias, doutrinas, práticas, normas e técnicas envolvendo a conexão de bases de dados de vigilância à identificação de "alvos" — espaços, sítios ou infraestruturas na cidade (junto com a sua população) vistos como ameaças. É a metáfora da guerra como condição perpétua da urbanização: a guerra contra as drogas, contra o crime, contra o terror e contra própria insegurança (GRAHAM, 2009).

Essa prática envolve a experimentação com novos meios tecnológicos relacionados ao mapeamento urbano e é utilizada em operações de segurança envolvendo grandes eventos esportivos, como no caso dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Dessa maneira, um "inimigo" é identificado e táticas de guerra são aplicadas para que esse outro seja dominado, tornando a cidade um "campo de batalha". Na

Vila Autódromo, durante o período de remoções, a prefeitura cortou a água, o gás e a eletricidade dos moradores que se recusavam a sair, além de bloquear acessos à comunidade, ao mesmo tempo em que agentes os ameaçavam física e psicologicamente. É o que o autor chama de "terrorismo infraestrutural", cujo objetivo é suprimir a infraestrutura essencial que torna a vida urbana possível.

Nessa lógica, atos de resistência por parte dos habitantes são considerados atos de guerra, e a ênfase é deslocada do direito à moradia à sua criminalização e consequente desumanização desses indivíduos como armas que agem contra o sistema hegemônico de poder. A violência política gerada a partir dessa relação assimétrica é sustentada por um discurso que transfere o foco das ações criminosas por parte do Estado para a criminalização dos próprios habitantes da cidade, com as áreas informais sendo identificadas como principal ameaça.

Essa nova forma de urbanismo não apenas identifica e aliena as áreas da cidade consideradas "inimigas", como também "coloniza" a geografia daquelas áreas que devem ser protegidas. No caso das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Parque Olímpico é um claro exemplo da aplicação dessa política, no sentido de tornar o seu entorno exclusivo, ou seja, destaca e singulariza essa área em detrimento de tudo aquilo que estiver no seu entorno que seja considerado descartável. Durante as Olimpíadas, o mapa oficial distribuído pela prefeitura não apresentou a Vila Autódromo como parte da geografia da cidade, reiterando o discurso excludente da política de remoções e mais uma vez invisibilizando a sua existência.

Segundo Graham, uma das principais sustentações do "urbanismo militar" é a sua forma de legitimação através da apropriação da cultura popular, urbana e material. Táticas de rastreamento, vigilância e escolha de alvos, por exemplo, não necessitam, muitas vezes, de sistemas completamente novos. Ao invés disso, sistemas já existentes e amplamente consumidos e difundidos nas cidades são apropriados. Como os mapeamentos fotográficos das ruas e imagens de satélite de programas como o *Google Street View*, *Google Maps* e *Google Earth*, sem dúvida.

7. O GOOGLE STREET VIEW E A VILA QUE NÃO ESTÁ LÁ

O trabalho se insere, assim, numa discussão atual e pertinente sobre o uso da fotografia e da cartografia na disputa por imagens da cidade, intensificada no Rio de Janeiro com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A escolha da Vila Autódromo como referência justifica-se pelo papel emblemático que tal disputa assume aí.

Ao localizar a Vila Autódromo no *Google Maps*, é possível identificar na imagem o conjunto de casas construído pela prefeitura para as vinte famílias que permaneceram. Ao selecionar o boneco laranja para percorrer a única rua que atravessa as residências, porém, não há nenhuma marcação indicando que é possível a sua visualização ao nível do pedestre. Curiosamente, há duas outras marcações que parecem não se encaixar na nova distribuição espacial da área, já aparentemente dentro do que hoje é o Parque Olímpico.

Ao posicionar o boneco sobre essas faixas, somos transportados ao passado. Em uma delas, vamos parar em abril de 2012, em plena pista do então Autódromo de Jacarepaguá¹⁴. Na outra, viajamos para agosto de 2014, e caminhamos em umas das ruas da antiga Vila Autódromo, que nessa época já estava sofrendo o processo de remoção. O que é visto ao nível da rua (ou aquilo que já não existe mais), adquire nesse contexto um significado diferente daquele de quando as imagens foram originalmente registradas. Um registro feito em meio a um processo tão rápido e avassalador corre o risco de se tornar obsoleto em pouquíssimo tempo. Confirma-se assim que por mais que a plataforma se proponha a ser um registro atualizado das cidades, ela de fato funciona como uma coleção de imagens feitas em temporalidades distintas.

Sabe-se que o carro do Google entrou uma única vez na antiga Vila Autódromo, em agosto de 2014. Na ocasião, foram mapeadas e fotografadas todas as suas ruas. Em março de 2015, um ano após o prefeito Eduardo Paes garantir que nenhuma outra família precisaria sair de sua casa, as remoções foram retomadas e mais 58 casas foram marcadas para serem demolidas¹⁵. É plausível supor que



FIG. 4:

À esquerda, imagem do *Google Street View* na Vila Autódromo, em agosto de 2014. À direita, imagem do arquivo pessoal do autor, em outubro de 2014.

Fontes: Disponível em: <www.google.com/maps>. Acesso em: fev. 2018; Arquivo pessoal do autor.

a Prefeitura tenha se beneficiado do mapeamento do *Street View* para escolher as próximas casas a serem removidas, considerando a resistência dos moradores em relação à presença física dos seus agentes na área. O momento escolhido para a realização desse mapeamento também parece providencial, considerando que a Vila Autódromo já era uma comunidade estabelecida desde antes do surgimento do *Google Street View* (e não foi mapeada mesmo quando o carro do Google esteve no autódromo em 2012).

No entanto, a comparação entre fotos pessoais tiradas na Vila Autódromo durante uma visita realizada em outubro de 2014 e as imagens feitas pelo Google em agosto do mesmo ano é reveladora. Um carro vermelho estacionado em frente a um vazio resultante da demolição de uma casa pode ser identificado nas duas imagens. Numa observação mais apurada, porém, percebe-se que alguns detalhes não são correspondentes entre elas. A fotografia feita pelo *Street View* mostra as paredes internas dessa casa demolida completamente pintadas de branco, enquanto a fotografia tirada em outubro mostra uma pichação com uma frase crítica ao processo em andamento: "Valorize a nossa conquista. Diga não ao poder capitalista". O fato de uma parede estar limpa e, dois meses depois, pichada, não seria de se estranhar, não fosse pelo detalhe de que na foto mais recente as paredes da casa ainda estão pintadas com as cores originais de antes da demolição. Considerando os diversos processos de edição pelos quais essas imagens passam até chegar

ao website e considerando também que, ao redor do mundo milhões de usuários acessam a ferramenta, seria plausível supor que certos discursos possam ter sido digitalmente apagados para favorecer os preparativos para as Olimpíadas.

Esses indícios apontam para um possível uso de ferramentas como o *Google Earth*, *Maps* e *Street View* na vigilância urbana e monitoramento da cidade. Considerando que informação e conhecimento sobre a cidade estão historicamente ligados a operações de poder, como vimos, é possível afirmar que o acesso promovido por essas ferramentas, largamente utilizadas também por arquitetos e planejadores urbanos, tem um papel fundamental nas transformações urbanas hoje.

8. NARRATIVAS TRANSMÍDIA E A VILA QUE ESTÁ LÁ

Com base na discussão apresentada, este trabalho assume um viés crítico ao reunir num portal online (www.vilaaudromo.com) diversos trabalhos recentes que discutem as remoções ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em preparação aos Jogos Olímpicos, com foco na Vila Autódromo e na sua relação com a construção do Parque Olímpico. São trabalhos de diferentes mídias (fotografia, cartografia, vídeo e texto) que permitem acesso por pontos distintos e tornam visíveis novas camadas de entendimento do intenso processo de transformações urbanas vivido no Rio de Janeiro entre 2009 e 2016. Neste sentido,

o trabalho busca inserir-se no que Henry Jenkins chama de “narrativa transmídia”, ou seja, a integração de múltiplos textos para criar uma narrativa ampla que não pode ser contida em uma única mídia (JENKINS, 2009).

Segundo ele, estamos vivendo na “era da convergência”, na qual os trabalhos críticos e artísticos devem funcionar como ativadores culturais, criando uma base comum entre diversas comunidades e impulsionando sua decifração, especulação e elaboração. O autor cita o exemplo da franquia *The Matrix* para evidenciar o poder do que ele define como a “era da convergência”. As irmãs Wachowski, diretoras e roteiristas do primeiro filme da trilogia, disponibilizaram quadrinhos na internet logo após o lançamento do filme para estimular o interesse e sustentar a fome de informação dos fãs. Antes do segundo filme, lançaram também um anime, que foi seguido por um jogo de videogame quando *The Matrix Reloaded* entrou em cartaz. O ciclo chegou a uma conclusão com o terceiro filme da série, *The Matrix Revolutions*, ao mesmo tempo em que era lançado um jogo online para múltiplos jogadores. Dessa forma, cada passo foi fundado no que veio antes, enquanto novos pontos de acesso eram oferecidos. Essa “narrativa sinérgica” desenrola-se por múltiplas plataformas de mídia, com cada texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Assim, forma-se um circuito no qual cada informação apresentada gera uma compreensão adicional que leva o interlocutor a repensar e revisitar a história.

Nesse sentido, a página inicial do website Vila Autódromo (www.vilaaudromo.com) apresenta um mosaico de imagens aéreas em diferentes momentos do processo de remoções. Essas distintas temporalidades são conectadas pelos botões que abrem as diferentes seções do website, criando uma sensação de não-linearidade ou hierarquia entre as categorias. Há também áudios que podem ser tocados ao fundo, cujos sons foram retirados de vídeos relacionados diretamente do processo de preparação aos Jogos Olímpicos.

Entre as diversas narrativas disponibilizadas no website, destaca-se a seção *Street View*, desenvolvida seguindo os parâmetros definidos pela ferramenta

homônima do Google, para discutir a visualização de um local que sofreu extrema violência e tentativas de apagamento, tanto simbólicas quanto físicas. Em oposição à tentativa de invisibilizá-la, proponho reinserir a Vila Autódromo no tecido urbano segundo a mesma lógica do *Google Street View*.

Após justapor o arruamento anterior às remoções ao mapa atual da área, foram escolhidos alguns pontos localizados nessas ruas (nem todas ainda existentes), cuja visualização compreende tanto as áreas construídas como os vazios deixados pelo processo. A partir da escolha desses pontos foram feitas diversas imagens panorâmicas no local, que depois foram “costuradas” em imagens maiores (num processo análogo ao do *Street View*) e editadas de modo a introduzir situações de conflito, ou que causem algum estranhamento ao espectador, e que façam referência aos acontecimentos recentes na área: presença policial na Vila, incêndios no Velódromo do Parque Olímpico, pichações originais encontradas na comunidade durante as remoções, entre outros.

As sombras do autor, sempre presentes nas imagens panorâmicas montadas nesta seção, têm três aspectos de relevância e justificativa. Em primeiro lugar, é análoga ao Google, já que as imagens do sistema oficial, feitas por câmeras acopladas nos carros ou em mochilas, também apresentam sombras, seja dos veículos seja dos indivíduos que fizeram os registros. Em segundo, a sombra do fotógrafo tende a corporalizar uma imagem que é muito descorporalizada e pasteurizada, ancorando o usuário de volta à percepção de que aquele conjunto de fotografias é uma representação da realidade e não a própria realidade. Por último, e talvez mais importante, traz à tona a autoria e questiona o papel do cartógrafo, numa prática historicamente utilizada como instrumento de dominação. Hoje, reapropriada, a prática revela aquele que explora áreas da cidade antes não mapeadas e explicita que, na cartografia, sempre há um ponto de vista.

O Vila Autódromo *Street View*, assim, também se insere no que Maria Ptqk chama de *reality hacking*, ou seja, a reescritura subversiva dos códigos de realidade de naturezas distintas: midiáticos,



FIG. 5:

Seção do Street View.

Fonte: <www.vilaautodromo.com>. Acesso em: dez. 2018.

tecnológicos, linguísticos, arquitetônicos, sociais etc. Essa "pirataria da vida real" é característica do ativismo digital e subverte os códigos que restringem a nossa interface (PTQK, 2015). Ao criar uma versão virtual da Vila Autódromo e adicionar certos ruídos não presentes nas imagens originais, as fronteiras entre realidade e discurso são tensionadas, questionando o estatuto da verdade associado à fotografia.

Destaca-se também a seção "Cronologia" do website, na qual são apresentadas as imagens de satélite disponíveis no *Google Earth* da área da Vila Autódromo, desde o anúncio dos Jogos Olímpicos, em 2009, até a imagem mais recente no sistema, em junho de 2018. As fotografias são intercaladas com notícias de acontecimentos diretamente ligados às remoções na vila, tiradas de grandes veículos de comunicação e de websites ligados ao monitoramento de remoções nas favelas (www.rioonwatch.org). Há possibilidade de ver a cronologia completa ou ano a ano. Ao criar essa tensão entre as imagens aéreas e as notícias sobre o que acontecia na comunidade ao nível do chão, buscou-se trazer uma nova camada à visão sinóptica das ferramentas de mapeamento.

Por fim, o trabalho também procura se alinhar com o que Ana Clara Torres Ribeiro chama de "cartografia da ação social", ou seja, aquela cartografia que se propõe

a tornar visível o que está invisível. Para interpretá-la, é necessário alterar a própria observação da cidade, analisando-a como arena incerta e experimental (RIBEIRO, 2009). Pretende-se, assim, levantar questionamentos aos usuários acerca do estatuto da verdade, que costuma ser associado tanto ao Google quanto à própria fotografia e à cartografia; o que significa, também, problematizar práticas de análise e projeto largamente difundidas no campo da arquitetura hoje.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Viver é deixar traços", escreveu Walter Benjamin (1986, p.74, tradução nossa). Ele se referia aos interiores das casas, dos apartamentos, dos lugares que habitamos. A decoração é marcada por objetos, e os objetos são marcados por pessoas. Os ocupantes do interior deixam traços, e esses traços podem ser observados, identificados e registrados. Como num romance investigativo, o papel do detetive surge ali, recriando uma ação já vivida, para enfim entender o que se passou.

Da mesma maneira, ao longo deste trabalho, foi possível perceber que viver a cidade também é deixar traços. Os preparativos dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro tiveram profundo impacto sobre



FIG. 6:

Seção do Street View.

Fonte: Disponível em: <www.vilautodromo.com>. Acesso em: dez. 2018.

a geografia urbana. Rasgos, demolições, remoções e destruições em nome de um legado que ainda procuramos. Uma pequena comunidade, localizada ao lado do maior equipamento dos Jogos, resistiu, em meio a tudo. Pode-se observar as marcas do processo em sua nova configuração: a rua principal, das novas casas, é a mesma de antes das remoções; o caminho de uma rua que já não existe mais continua marcado no chão de terra, levando até a última casa de tijolos expostos que permanece em pé; instalações criadas a partir de entulhos e resquícios das demolições dão vida ao percurso expositivo do Museu das Remoções, um museu a céu aberto. A Vila Autódromo vive e deixa traços.

Existe, porém, um outro Rio de Janeiro no interior do computador. Ele se disfarça, finge ser o real. Diz ser uma representação fiel e é abraçado por arquitetos e urbanistas, que usam sua falsa geografia como base para seus projetos. Mas alguns traços o revelam. A Vila Autódromo, vista pelo *Google Street View*, parece estar congelada no tempo. Ainda em 2014, permanece em condição perpétua de remoção. E uma pista, encontrada por acaso ao comparar imagens feitas no local com imagens do Google, foi o ponto de partida para este trabalho, que procurou desvendar e recriar, virtualmente, essa área que atualmente é invisibilizada como parte da cidade.

Como fotógrafo, pude entender a construção da relação entre arquitetura e fotografia e de que forma o discurso arquitetônico e urbano é manipulado através do uso de imagens fotográficas, desde as Missões Heliográficas na França, passando pelas reformas de Paris e as do Rio, positivadas através da construção de uma imagem da cidade que persiste até hoje, como foi percebido com a vinda dos Jogos Olímpicos. A escolha da Vila Autódromo como recorte do trabalho surgiu a partir da observação e do questionamento dos registros fotográficos apresentados no *Google Street View* da área. Ao construir o conjunto de imagens do website, foi importante observar os traços deixados na Vila Autódromo para que se pudesse ao mesmo tempo representar o que ela é hoje e levar a uma reflexão crítica acerca do processo pelo qual passou. Mas algumas questões permanecem. Em que medida a fotografia, como instantâneo, é capaz de registrar o presente? Até quando a Vila apresentada no website representará o que ela é hoje?

Como cartógrafo experimental, pude perceber a importância da representação de um território a partir do trabalho em campo, indo no caminho contrário da leitura da cidade a partir de mapas prontos. Se instituições ou empresas que produzem mapas detêm o poder sobre a informação, "contracartografar" é um exercício de

rebelia, na medida em que desloca a sua produção e aponta para discursos alternativos sobre o território, evidenciando aquilo que antes não era mostrado. Na Vila Autódromo, a operação de sobrepor o arruamento antigo sobre a área atual revelou diversas novas possibilidades de leitura e questionamentos, além de ajudar a criar uma base metodológica para a escolha dos pontos que seriam mapeados. A contracartografia, a partir do momento que traz à tona questões antes escondidas sobre o território, poderia ser considerada então uma nova forma de projetar?

Como arquiteto, este trabalho me ajudou a entender como as cidades, inseridas em sua lógica atual, progressivamente deixam de ser projetadas para os seus habitantes e tornam-se campos de batalha, com seus territórios em constante disputa. Acompanhar a construção do Parque Olímpico e a remoção da Vila Autódromo por fotografias aéreas, entre 2009 e 2016, revela imagetivamente essa lógica. À medida que o Parque, estandarte dos Jogos e catalisador de investimentos, surge, a Vila vai desaparecendo, como que sugada pelo processo. Cheio e vazio se invertem nesse intervalo de oito anos. Qual o legado deixado pelos Jogos? Talvez a Vila seja. Não as novas casas, cujo desenho questionável não foi resultado de nenhum grande concurso — ao contrário do seu vizinho Parque Olímpico —, mas o aprendizado deixado pelos seus moradores. Ao invés de “legado”, poderíamos pensar em sequelas, resquícios, traços?

Por fim, ao longo do trabalho também foi possível perceber que em nenhum discurso há neutralidade. Há sempre um ponto de vista e é preciso identificá-lo para então avaliá-lo. Essa constante disputa de discursos aparece sobretudo na forma de imagens. Em tempos em que falar por imagens é parte do cotidiano, comunicar-se através da representação torna-se imprescindível. A fotografia, a cartografia e a arquitetura, aliadas às tecnologias de mapeamento, tornam-se nesse contexto poderosas ferramentas para discutir a situação atual das cidades. Como arquitetos, é nosso papel utilizar criticamente essa nova forma de ler e interpretar a cidade para imaginar novas possibilidades de projetá-la.

NOTAS

1. Processo de impressão que utiliza lâminas de zinco.
2. George Eastman lançou a primeira câmera de filme fotográfico em 1888, chamada Kodak. A partir de 1900, o modelo Brownie introduziu e popularizou o conceito de “instantâneo”.
3. A primeira câmera digital foi inventada em 1975 por engenheiros da Kodak, e seus principais usos eram científicos e militares.
4. A internet surgiu na década de 1960, a partir de pesquisas do governo americano, mas tornou-se popularmente utilizada na década de 1990.
5. O *Google Earth* é um programa de computador que pode ser baixado e que simula a superfície do globo terrestre. O *Google Maps* é um serviço de pesquisa e visualização de mapas na web, e funciona de maneira similar ao próprio serviço de busca do Google. O *Google Street View*, por sua vez, é um recurso presente no *Google Earth* e no *Google Maps* que permite a visualização de um ponto no mapa ao nível do chão.
6. Dados do Google em 10 nov. 2017. Disponível em: <www.google.com/streetview/understand/>. Acesso em: 10 set. 2018.
7. Apesar de localizado em Jacarepaguá, foi nomeado de Parque Olímpico da Barra da Tijuca.
8. Entre 1993 e 1997, durante o mandato de César Maia, Eduardo Paes foi subprefeito da Zona Oeste do Rio de Janeiro.
9. Conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida, localizado em Jacarepaguá, para onde foi realocada a maior parte das famílias que saíram da Vila Autódromo.
10. De acordo com tabelas obtidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em: <apublica.org/2017/02/removidos-pelo-parque-olimpico-lutam-por-compensacao-mais-justa/>. Acesso em: 20 out. 2018.
11. De acordo com dados do *Timeline RioNow*. Disponível em: <rionow.org/timeline.html> Acesso em: 10 mar. 2018.
12. Dados disponíveis em: <www.theguardian.com/sustainable-business/2016/oct/09/invisible-favelas-brazil-rio-maps-erasing-poorer-parts-city>. Acesso em: 07 nov. 2018.
13. Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm>. Acesso em: 13 nov. 2018.
14. Para a realização das obras do Parque Olímpico foi demolido o Autódromo de Jacarepaguá, em 2012.
15. Dados disponíveis em: <rionwatch.org.br/?p=13811>. Acesso em: 16 abr. 2018.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- BENJAMIN, Walter. **Reflections**: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings. Nova Iorque: Schocken Books, 1986.
- CAMPANY, David. Architecture as Photography: Document, Publicity, Commentary, Art. In: _____. **Constructing Worlds**: Photography and Architecture in the Modern Age. Londres: Prestel, 2014.
- CAMPKIN, Ben; ROSS, Rebecca. Negotiating the City Through Google Street View. In: HIGGOTT, Andrew; WRAY, Timothy. **Camera Constructs**: Photography, Architecture and the Modern City. Surrey: Ashgate, 2012. p.147-158.
- CHIAVARI, Maria Pace. **Por dentro dos acervos**: Álbuns do Rio. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2015. Disponível

em: <ims.com.br/por-dentro-acervos/albums-do-rio/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

COBARRUBIAS, Sebastian. **Mapping Machines: Activist Cartographies of the Border and Labor Lands of Europe**. 2009. Tese (Doutorado) — University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, 2009.

CORBUSIER, Le. **Aircraft: The New Vision**. Londres: The Studio, 1935.

FERREZ, Marc. **O Álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, 1907.

GRAHAM, Stephen. **Cities as Battlespace: The New Military Urbanism**. **City**, Abingdon, Routledge, v.13, n.4, p.384-400, 2009.

HINCHCLIFFE, Tanis. **The Synoptic View: Aerial Photographs and Twentieth Century Planning**. In: HIGGOTT, Andrew; WRAY, Timothy. **Camera Constructs: Photography, Architecture and the Modern City**. Surrey: Ashgate, 2012. p.135-146.

HIGGOTT, Andrew; WRAY, Timothy. **Camera Constructs: Photography, Architecture and the Modern City**. Surrey: Ashgate, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KITCHIN; Rob; DODGE, Martin. **Rethinking Maps**. **SAGE Journals: Progress in Human Geography**, v.31, n.3, p.331-344, jun. 2007.

MAUAD, Ana Maria (org.). **Fotograficamente Rio: a cidade e seus temas** [livro eletrônico]. Niterói: PPGHISTÓRIA, 2016. Disponível em: <www.labhoi.uff.br/sites/default/files/fotograficamente_rio.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

MESQUITA, André. **Contracartografia e a experiência de mapear o poder**. **Contracondutas**, São Paulo, 2017. Disponível em: <www.ct-escoladacidade.org/contracodutas/editorias/mapas-imagens-e-intervencoes-praticas-de-oposicao/contracartografia-e-a-experiencia-de-mapear-o-poder/>. Acesso em: mai. 2018.

PUJADAS MUÑOZ, Joan J. **Ciudades acogedoras? Transformaciones urbanas, imaginarios y actores sociales**. XVI **Congreso de Estudios Vascos**, Donostia, n.16, p.365-373, 2006.

PTAK, Maria. **Reality Hacking: quem teme os códigos da realidade?** **Facta**, Belo Horizonte, n.3, p.136-139, abr. 2015. Disponível em: <issuu.com/gambiologia/docs/facta3>. Acesso em: ago. 2019.

RANKIN, William. **After the Map: Cartography, Navigation and the Transformation of the Territory in the Twentieth Century**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. In: POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara Tania Cohen. **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p.147-156.

TURAZZI, Maria Inez. **Paisagem Construída: fotografia e memória dos "melhoramentos urbanos" na cidade do Rio de Janeiro**. **Varia História**, Belo Horizonte, v.22, n.35, p.64-78, jun. 2006.

SOBRE O AUTOR

Arquiteto e urbanista graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2018. Atua também como fotógrafo.

zeca|soc@gmail.com